

# Ascensão e queda: impactos do *Welfare State* na gestão da crise de 2008 na Islândia

*Rise and Fall: impacts of the Welfare State on the 2008's crisis management in Iceland*

Rúbia Marcussi Pontes

## Resumo

O presente trabalho analisa como foi possível a gestão da crise de 2008 na Islândia através de um olhar voltado para as bases históricas de formação do Welfare State na Europa e, em especial na Islândia, no pós 2ª Guerra Mundial (1939-1945). Tal modelo é visto como a tentativa de conciliação entre os interesses dos capitalistas e dos trabalhadores; contudo, a crise de acumulação capitalista na década de 1970 levou ao questionamento do modelo de bem estar. Nesse sentido, as ideias neoliberais ganharam maior destaque através do desmonte do Welfare State, sendo que esse desmonte foi expresso na Islândia através de um processo de financeirização. O colapso dos mercados financeiros em 2008 afetou profundamente o país analisado; entretanto, a gestão da crise na Islândia apresentou-se de forma distinta em relação aos demais países no sentido de que não houve estatização da dívida adquirida pelos bancos através de um processo que contou com intensa participação popular. Esse artigo procura, portanto, compreender como o resgate dos princípios do Welfare State influenciou esse movimento e, a partir disso, formar uma quadro de possibilidades para a Islândia.

**Palavras-chave:** Islândia. Welfare-State. "Neoliberalismo compensatório". Crise de 2008. Gestão da crise.

## Abstract

The present article analyzes how 2008's crisis management in Iceland was possible through a view that focus on the historical bases that constituted the Welfare State in Europe and especially in Iceland after World War Two (1939-1945). The model is seen as an attempt to reconcile the interests of capitalists and workers; however, the crisis of the capitalist accumulation in the 1970's led to the questioning of the Welfare State model. Accordingly, neoliberal ideas have gained more visibility through the dismantling of the Welfare State, which can be seen in Iceland through a process of financialization. The collapse of the financial markets in 2008 has profoundly affected the country in study; nevertheless, the crisis' management in Iceland was entirely different from other countries in the sense that the debt acquired by the banks was not nationalized through an intense process of popular participation. Therefore, this article intends to understand how the rescue of the Welfare State's principles influenced in this process and to constitute a framework of possibilities for Iceland.

**Key-words:** Iceland. Welfare-State. "Embedded neoliberalism". 2008's crisis. Crisis management.

## **Introdução – ascensão e queda: desmonte do *Welfare State* islandês e a crise de 2008**

A eclosão da crise de 2008 suscitou intensos debates acerca de como sua gestão deveria ocorrer nos diversos países afetados. As decisões tomadas para minimizar os danos envolveram medidas de austeridade e estatização das dívidas adquiridas pelos bancos, movimentos passíveis de serem observados principalmente nos países mais afetados, como Grécia e Espanha. Entretanto, a gestão da crise na Islândia assumiu um caráter totalmente diferenciado em relação aos demais países: a dívida dos bancos do país não foi comprada pelo Estado em um contexto de ampla participação e reação popular. Nesse sentido, o presente trabalho busca elencar quais foram as bases históricas para que uma gestão tão diferenciada da crise pudesse ocorrer na Islândia. Tal movimento só é possível através da compreensão de como o neoliberalismo, movimento político que se instaurou no país a partir da década de 1990 através de uma forma peculiar (a qual será designada como “neoliberalismo compensatório”), expandiu-se e fragilizou uma estrutura histórica conhecida como *Welfare State*. Torna-se necessário, portanto, analisar como a formação desse modelo se deu na Europa e especialmente na Islândia para, então, compreender se os seus valores ainda fazem parte da sociedade islandesa.

O *Welfare State* Islandês é, em conjunto com os demais países Nórdicos (Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia), uma construção histórica muito instigante, em que países com identidades próprias, mas também com muitas similaridades formadas ao longo de séculos, criaram um modelo muito específico, que costuma ser denominado como socialdemocrata (KUHNLE, 2004, p. 2). A Islândia é um dos países mais característicos do modelo: sendo uma das nações mais pobres ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a necessidade de coesão interna para que o país pudesse desenvolver-se economicamente foi visível. Nesse sentido, o estabelecimento de um pacto social regulado pelo Estado e que interliga as distintas classes sociais islandesas pelo princípio do universalismo foi o caminho para a alteração da sua antiga situação para uma das economias com maiores índices de desenvolvimento a partir da segunda metade do século XX (WADE, 2011, p. 685).

O *Welfare State* islandês, no qual o Estado teve um papel decisivo durante sua implementação, enfrentou, contudo, severas alte-

rações a partir da década de 1970 e de 1980. A economia islandesa, extremamente dependente dos mercados externos (principalmente da exportação de peixe, sua maior *commodity*), sofreu com as crises que assolaram o cenário internacional no mesmo período (ANDERSEN, 1998, p. 4), o que levou o governo em vigor a tomar medidas que buscavam controlar as altas taxas de inflação da economia islandesa. Entretanto, tais medidas incluíam a diminuição do papel estatal, bem como a livre circulação de capitais e a implementação do sistema de quotas para a pesca, que buscava estabilizar a principal atividade produtora do país, mas que acabou por centralizá-las nas mãos de poucos, mas influentes indivíduos (ALDA, 2009).

É importante salientar que o Estado continuava a ser um agente de extrema importância nesse período, pois ainda organizava grande parte das relações através de seus mecanismos de políticas públicas; contudo, o antigo arranjo denominado *Welfare State* entrou em uma fase de fragilização e foi lentamente desmontado em detrimento da ascensão do ideário neoliberal. Essa mudança paradigmática não foi realizada no vácuo, mas em um ambiente ainda marcado por fortes características do arranjo social anterior; nesse sentido, torna-se um imperativo analisar o “neoliberalismo compensatório”, conceito a ser analisado no presente artigo e desenvolvido por Apeldoorn (2002), que trata sobre essa introdução das ideias neoliberais em um ambiente que ainda tinha influências do *Welfare State* islandês. O primeiro-ministro eleito no período de 1991 a 2004, David Oddsson, é a mais evidente expressão da expansão neoliberal na Islândia, segundo Wade, pois “sua grande agenda era de privatização e desregulação” (2011, p. 286). O movimento de enfraquecimento do *Welfare State* continuou e a privatização dos dois maiores bancos islandeses foi implementada, o que levou à atração de capitais para o país, além de uma corrida interna para valorização de ativos ao longo das décadas de 1990 e 2000.

Uma bolha se formava na Islândia, mas as agências de *rating*, bem como o governo, continuaram a classificar o país como seguro para transações e investimentos mesmo após uma mini crise em 2006 (WADE, 2011, p. 689). A crise de 2008, que se iniciou com a queda do banco Lehman Brothers nos Estados Unidos, porém, logo afetou a Islândia, que, literalmente do dia para a noite, tornou-se um país à beira da falência. A crise logo afetou mais países, como Irlanda, Espanha e Grécia, mas a reação islandesa foi, como afirmado anteriormente, diferenciada em relação

às demais: a população negou-se a pagar a dívida adquirida pelos banqueiros e buscou criar uma nova Constituição (SANTAYANA, 2012). Diante desses fatos, apesar do desmonte do *Welfare State* islandês, o passado histórico de pacto social contribuiu para que a saída da crise no país fosse distinta em relação aos demais? A especificidade dos *Welfare State* nórdicos, e em especial do islandês, torna-se objeto de análise para compreensão de como esse movimento distinto de reação à crise se deu no país e quais foram os resultados até o momento. O presente artigo, portanto, busca analisar a influência do *Welfare State* da Islândia durante a crise de 2008.

Sônia Draibe e Wilnês Henrique (1988) realizam um balanço das principais análises sobre os modelos sociais formados no pós-guerra e sobre seu desmonte, destacando que os autores conservadores afirmavam que a crise do *Welfare State* iniciou-se por razões internas ao modelo, descartando, portanto, o papel que a crise da acumulação do capital teve na realidade. Segundo esses autores, a extensa agenda dos governos na promoção dos direitos universais dos indivíduos, principalmente nos países escandinavos, levou à perda de flexibilidade de políticas. Nessa linha de raciocínio, seria necessário, por exemplo, uma extensa reforma do *Welfare State* através da desregulação do mercado de trabalho (FERRERA; RHODES, 2000, pp. 260-236). Contudo, a ideia de que a desregulamentação, principalmente de uma área que foi tão protegida pelo *Welfare State*, seria a chave para solução das questões enfrentadas é, no mínimo, superficial. Para esses pensadores, a formação de um pacto social que envolvia capitalistas, trabalhadores e o Estado torna-se irrelevante com o passar do tempo, não sendo, portanto, motivo de impacto na atualidade e em especial em relação à saída da crise de 2008 na Islândia. Outros autores, entretanto, demonstram que o *Welfare State* foi essencial para que o capitalismo pudesse continuar se desenvolvendo na segunda metade do século XX, mas de uma forma controlada. A ideia de perpetuação das bases de universalismo e de diminuição da estratificação social, mesmo em um ambiente dominado pelas ideias neoliberais, é vista como uma possibilidade. Entretanto, essa forma de análise é limitada, pois não se aprofunda e não busca analisar o quanto o *Welfare State* continua presente na Islândia atualmente, dado que ele é uma construção histórica com bases muito antigas e que se expandiu principalmente no período do pós-guerra.

Este trabalho, em contrapartida, busca argumentar além da ideia de que o *Welfare State* foi somente uma construção histórica específica, que perdeu suas raízes ao longo do tempo, principalmente após a ascensão das ideias neoliberais na Islândia. Através de uma análise de como a formação do *Welfare State* islandês se deu e de como sua fragilização ocorreu através do “neoliberalismo compensatório”, o trabalho buscará analisar criticamente como foi possível o desfecho da crise econômica de 2008 no país, levando em consideração que tal crise reflete as políticas neoliberais e a desregulamentação da esfera financeira. A hipótese aqui defendida é a de que as bases do *Welfare State* na Islândia (o universalismo e a intensa participação dos trabalhadores na formação do arranjo político) foram essenciais para que a população conseguisse impor sua vontade de forma politizada ao negar o pagamento da dívida dos bancos, o que foi feito através de consultas populares. Tornara-se evidente, portanto, que, embora modificações tenham ocorrido e o *Welfare State* tenha sido, de fato, fragilizado, ele foi essencial para que a resolução da crise fosse distinta em relação a países como a Espanha, por exemplo, o que demonstra a peculiaridade do caso islandês.

É também essencial destacar que as publicações até agora, embora incluam a Islândia na classificação de país Nórdico, não demonstram detalhadamente como a formação do *Welfare State* no país ocorreu (como é feito com países como Noruega e Suécia, os quais possuem extensa bibliografia acerca do tema), relegando o país a uma abordagem relativamente marginal e sem profundidade. Esse trabalho busca, portanto, contribuir com uma análise crítica sobre a formação do *Welfare State*, bem como sobre as tentativas de desconstrução ao longo das décadas de 1980 e 1990. A Islândia mostrou ser um país relevante para a organização do Sistema Internacional, principalmente após a crise de 2008. Logo, o país não pode ser entendido apenas como mais um integrante do grupo escandinavo; é necessária uma análise específica de sua história para compreender de forma justa e crítica a sua atual configuração. A especificidade da crise, bem como seu desfecho particular, demonstram novamente a necessidade de entendimento do passado, pois conclui-se nesse estudo que as bases de formação do *Welfare State* foram essenciais para o quadro que se formou no país após 2008.

É de extrema necessidade salientar também que a crise na Islândia, apesar de pouco comentada pela mídia tradicional, foi

divulgada como um fato isolado ou até mesmo como um mero acaso que só eclodiu por mero reflexo em relação à crise norte-americana. Entretanto, essa visão é, para nós, insuficiente para explicar a profundidade do ocorrido no país. O estudo busca, a partir dessa linha de raciocínio, demonstrar que as bases para o colapso de 2008 começaram a se formar já com a crise de acumulação do capital e, como consequência, da crise do *Welfare State*, que interligaram-se com a ascensão das políticas neoliberais no país a partir da década de 1990. Tais políticas neoliberalizantes alteraram a esfera de ação do Estado (que sofreu uma alteração qualitativa na sua configuração interna de forças) na Islândia, que foi inundada por um fluxo de capitais e de valorização de ativos especialmente a partir dos anos 2000. A recente crise, portanto, não foi um episódio isolado, mas sim o desdobramento de um movimento contínuo relacionado às contradições inerentes ao capitalismo e à acumulação de capital, que foi potencializada pela especulação na esfera financeira.

O artigo busca, portanto, destacar a importância do estudo sobre a Islândia. É necessário ampliar os horizontes abordados no que concerne à forma como a crise de 2008 foi equacionada nos diversos países. A solução islandesa, mesmo que com dificuldades práticas que ainda assolam a economia, demonstra a necessidade de se repensar a participação popular na política, bem como a necessidade de resgate dos valores sociais. O *Welfare State* vai além de uma construção histórica específica, com bases de universalismo e de desmercadorização que ainda fazem parte da luta por direitos de milhares de indivíduos, especialmente em momentos de crise. O caso islandês, então, é um exemplo que precisa ser analisado de forma profunda e completa.

Na seção 1, o quadro de início da crise de 2008 será analisado, com destaque para os impactos econômicos e sociais na Islândia. A partir desse panorama, o artigo realizará uma análise a partir de uma perspectiva histórica com a seção 2 e demonstrará a formação do *Welfare State*, com destaque para o modelo islandês. A seção 3, seguindo a linha de raciocínio, evidenciará como se deu o processo que enfraqueceu o *Welfare State* principalmente através do conceito de “neoliberalismo compensatório”, o qual é, essencial em nossa argumentação para uma compreensão profunda do movimento. Por fim, as perspectivas para o futuro da Islândia, dado a gestão da crise no país, serão expostas nas considerações finais.

## Seção 1 – A crise de 2008: impactos na Islândia

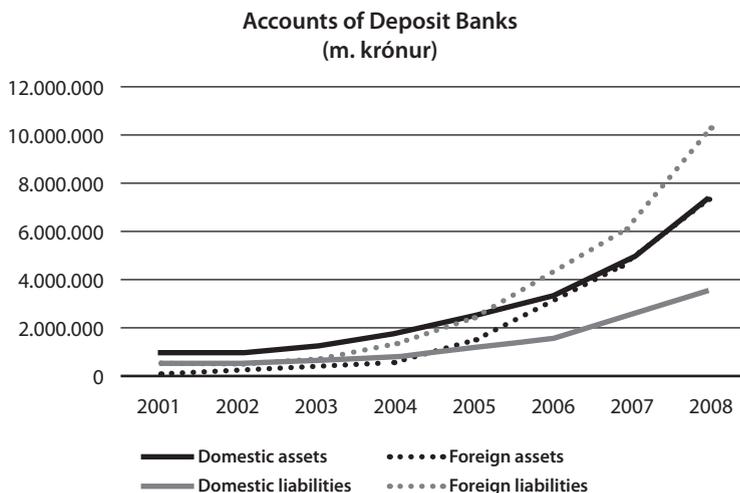
### *Origens e deflagração da crise*

No período compreendido entre a quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929 até meados do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) tornou-se evidente que era necessário haver uma determinada regulamentação nos mercados financeiros internacionais se as nações pretendiam manter um relativo equilíbrio no Sistema Internacional. Nesse contexto, tal movimento foi liderado pelos Estados Unidos e expresso através da Conferência de Bretton Woods e de seus princípios, que tornavam possível a regulação do capitalismo (BLIKSTAD, 2011). Para que essa regulação pudesse de fato ocorrer, Bretton Woods inaugurou um período no qual as taxas de câmbio eram fixas e o controle de capitais era fortemente praticado pelos Estados. A presença de instituições como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) também marca o período da “época de ouro” do capitalismo, indicando uma época de multilateralidade (EICHENGREEN, 2000). Entretanto, um processo de desregulamentação iniciou-se a partir da década de 1970 tanto nos Estados Unidos quanto nos principais Estados europeus através da ascensão de políticas neoliberais: o período foi marcado por uma grande liberalização do capital financeiro e também da flexibilização de diversos setores das economias que antes eram fortemente regulamentados pelo poder estatal. Nesse sentido, “o avanço desse processo marcou o final do período de Bretton Woods, com o fim do lastro do dólar em ouro e das taxas de câmbio fixas” (BLIKSTAD, 2011, p. 5). A ascensão do neoliberalismo na máquina estatal de diversos países foi, portanto, um processo visível que alterou o panorama prévio de regulamentação e trouxe consigo a volta da instabilidade, algo que se buscava evitar desde a crise de 1929.

O movimento de desregulamentação tornou a esfera financeira mais rentável que a produtiva já que o capital, agora com caráter transnacional, podia mover-se de país para país com baixíssimas restrições e em busca das maiores taxas de remuneração (BLINKSTAD, 2011). A formação de um ambiente de instabilidade, portanto, caracteriza as décadas de 1980, 1990 e 2000: com baixa regulação, a especulação e a constante valorização de ativos alcançou níveis extremos. A crise de 2008, portanto, não foi um movimento isolado, mas sim o resultado de décadas de liberalização finance-

ra. Como afirma Mattick, “a crise não se dá de chofre; começa em certas indústrias, embora as suas causas residam na situação social total” (1977, p. 121). A crise de 2008 encaixa-se nessa análise no sentido de que, embora tenha sido deflagrada com a queda do banco estadunidense Lehman Brothers, ela já havia começado há muito tempo, especialmente na Islândia: a especulação financeira, que alcançou níveis extravagantes, fez com que os bancos de um país sem tradição financeira se tornassem parte dos 300 bancos mais importantes do mundo (WADE, 2011, p. 687). A desregulamentação da esfera financeira na Islândia assumiu um caráter único a partir da década de 1990 com a ascensão de políticas de cunho neoliberal, o que levou à formação de uma bolha no país. Como demonstrado na tabela abaixo, os depósitos estrangeiros cresceram de forma extremamente acentuada na Islândia, principalmente a partir de 2003-2004, quando comparados às quantias referentes aos próprios depósitos internos. Tal fato demonstra claramente o interesse estrangeiro em especular nos mercados islandeses, que apresentavam altas taxas de retorno.

Figura 1: Aumento de depósitos bancários entre 2001 e 2008



Fonte: Central Bank of Iceland, 2009

A constante classificação positiva da economia islandesa pelas agências de rating, mesmo após a mini crise em 2006, impulsionaram esse movimento de valorização da esfera financeira, levando

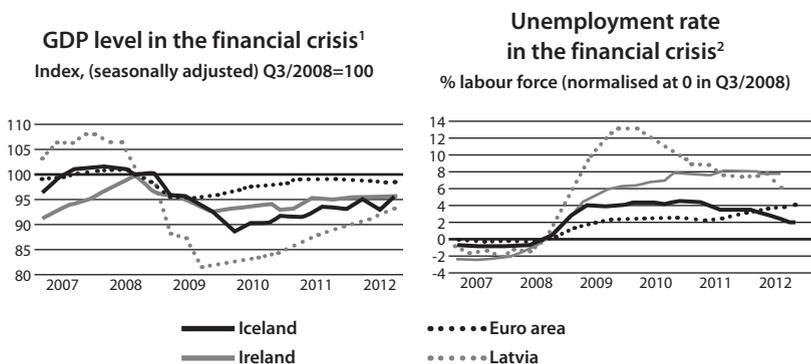
à formação de uma bolha que não pôde suportar o cenário internacional de instabilidade com a crise norte-americana (BLIKSTAD, 2011, p. 42). Nesse sentido, a explosão dessa bolha gerou uma série de efeitos extremamente impactantes tanto para a economia islandesa quanto para sua população, que viu a realidade mudar literalmente do dia para a noite. Nesse sentido, torna-se um imperativo analisar os impactos econômicos e sociais desse movimento no próximo tópico do presente artigo.

### *A crise na Islândia: impactos econômicos e sociais*

A crise que se deu na Islândia não foi um movimento isolado ou imprevisto. A ascensão das políticas de cunho neoliberal, mesmo que com ressalvas como descrito no conceito de “neoliberalismo compensatório” (APELDOORN, 2002), fizeram com que a economia islandesa se tornasse um centro de especulação financeira e bancária. A desregulamentação e a financeirização na Islândia são uma clara demonstração de que o neoliberalismo foi um movimento de restauração do poder das elites financeiras transnacionais (HARVEY, 2008). Entretanto, esse cenário mostra-se totalmente contrário ao anterior, no qual havia a regulação do capitalismo principalmente através do *Welfare State*: a formação de um panorama com livre circulação de capitais e constante valorização de ativos levou à formação de bolhas em diversas economias. Com a eclosão do mercado internacional de crédito a partir da crise nos Estados Unidos, a Islândia não poderia sair ilesa: a eclosão da bolha que havia sido iniciada há mais de uma década, portanto, foi o desfecho para um movimento de ascensão das políticas neoliberais que marcaram grande parte do mundo a partir das décadas de 1980 e 1990 (MARTINS, 2008).

Nesse sentido, a análise dos gráficos a seguir demonstra claramente como a situação econômica se deu na Islândia a partir da crise que se instalou. É possível observar, no primeiro gráfico à esquerda, que o Produto Interno Bruto (PIB) caiu bruscamente, o que demonstra que a crise financeira afeta diretamente a esfera real da economia, causando fortes impactos na geração de renda e emprego e, portanto, comprometendo a geração de riqueza. Esse movimento é claramente demonstrado no gráfico localizado à direita, no qual é possível observar que a taxa de desemprego na Islândia sofreu um aumento vertiginoso a partir de 2008.

Figura 2: PIB e níveis de desemprego durante a crise



1. GDP data for Iceland is seasonally adjusted by the Central Bank of Iceland. Sources: Eurostat, OECD, Central Bank of Iceland. 2. Seasonally adjusted harmonised unemployment rate, except for Latvia, as the series are seasonally adjusted by Eurostat. Source: OECD. Fonte: Central Bank of Iceland, 2013

É, portanto, visível a razão pela qual a população islandesa reagiu com tanto vigor no momento da crise. A estatização da dívida contraída pelos bancos claramente não era o caminho que o país deveria trilhar, pois essa atitude serviria somente para a manutenção das elites financeiras no poder. As medidas de austeridade, tão comumente empregadas a partir de 2008 na Europa, bem como a estatização da dívida, não eram a solução para a situação aos olhos da população: a reação popular foi, nesse sentido, essencial para que a situação na Islândia fosse dirigida de forma distinta em relação aos demais países. A gestão da crise no país, contudo, só pode ser realizada da forma com a qual ocorreu no país devido a um passado de valorização dos direitos sociais e da esfera coletiva, um movimento que caracterizou grande parte da Europa no pós Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, o presente artigo buscará analisar na próxima sessão como o processo de formação e de fragilização do *Welfare State* islandês ocorreu e como isso proporcionou a gestão da crise.

## Seção 2 – a construção do *Welfare State* islandês

### *Acumulação capitalista e o contexto histórico de formação do Welfare State*

O modo de produção capitalista surgiu nos interstícios da crise do feudalismo, tornando-se, então, o modo de organização

das sociedades modernas. Inicialmente, o capitalismo, segundo as análises de Karl Marx, estava baseado na concorrência entre as diversas nações. A fase concorrencial, segundo o exposto por Novais (1979, pp. 69-71), estava sedimentada no que Marx denominou como acumulação primitiva do capital, que constituía-se através da exploração das colônias ultramarinas e da dissociação dos meios de produção dos produtores. Entretanto, quando a burguesia tornou-se relativamente independente através desse processo de acumulação de capitais, foi possível que o capitalismo avançasse para a fase monopolista, na qual a base do “processo de acumulação é a concentração e a centralização e do capital, as quais, num certo estágio, provocam a transformação do capitalismo concorrencial em capitalismo monopolista” (SWEEZY, 1977, p. 52). Essa transformação na lógica de organização da sociedade capitalista não poderia ocorrer, porém, sem maiores impactos. Mattick afirma que “o aumento da produtividade e da mais-valia e a acumulação do capital são um e o mesmo processo” (1977, p. 101), o que demonstra a faceta contraditória do capitalismo: quanto maior for a geração da riqueza, maior será a exploração e a desigualdade entre os indivíduos, separados agora em capitalistas (os detentores dos meios de produção) e os trabalhadores (que só podem oferecer sua força de trabalho em troca de salário). O processo de acumulação, contudo, enfrentará crises em algum momento de seu desenvolvimento. Segundo Mattick:

[...] existem realmente limites definidos à rentabilidade da expansão, em qualquer altura. E, de tempos em tempos, não é apenas o mercado, mas o conjunto da situação social, com todas as suas ramificações, que constitui um limite à expansão do capital. Como não é possível calcular quando a expansão de um ou de todos os capitais atinge o limite nas condições sociais reais, havia que pressupor a existência de condições limitativas para pôr a descoberto o significado do processo em questão (1977, p. 104).

É evidente, portanto, que a crise de acumulação do capital é um fator inerente ao próprio capitalismo como organização produtiva da sociedade. A acumulação encontra limites e o momento da crise é, de fato, imprevisível, mas essa imprevisibilidade somente reforça a importância de buscar a dominação do capitalismo.

A busca pela acumulação de capitais tomou forma principalmente através dos imperialismos, que contribuíram para a deflagração das duas Guerras Mundiais. O *Welfare State* surge na Europa

no contexto do pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945) como forma de impor controles aos impulsos imperialistas e monopolistas dos próprios Estados e das empresas, que passam a assumir caráter transnacional a partir do início do século XX. Nesse sentido, o pacto social expresso através do *Welfare State* busca, portanto, a conciliação entre o desenvolvimento capitalista e os direitos sociais através de um Estado “que tem o papel de propiciar a manutenção e evolução do sistema capitalista, ao mesmo tempo em que deve responder às demandas da sociedade por ser representante desta” (CARVALHO, 2010, p. 15), o que evidencia o caráter de internalização da luta de classes no aparelho burocrático estatal. É evidente, então, o caráter de arranjo político entre capitalistas e trabalhadores para resolver os conflitos distributivos que tornaram-se parte da rotina dos indivíduos no modo de produção capitalista (STRE-ECK, 2012). As medidas propostas por John Maynard Keynes são, nesse sentido, essenciais para a compreensão da formação do *Welfare State* e do período de Bretton Woods, pois o Estado passa a atuar de forma direta na economia buscando manter as altas taxas de crescimento econômico através de políticas de estímulo direto ao investimento, criando um ambiente de estabilidade e que só seria possível com o controle das taxas de juros (o rentismo não seria uma opção para os capitalistas, uma vez que as taxas de juros não eram elevadas; o investimento na esfera real da economia, portanto, era sem dúvidas o que apresentava maiores taxas de retorno). É importante destacar também que “é o crescimento da riqueza das sociedades, proporcionada pelo contínuo desenvolvimento da industrialização, que permite a realização dos gastos com programas sociais” (CARVALHO, 2010, p. 19), o que demonstra que o período estava sedimentado no crescimento econômico proporcionado pelas taxas de juro controladas e pelo câmbio fixo. Portanto, a reconstrução da Europa no pós-guerra foi essencial para que o crescimento das economias pudesse ocorrer, o que proporcionou geração de riqueza com a industrialização e, como consequência, as bases para que os diversos Estados pudessem formular suas políticas de gasto social.

### *Welfare State segundo a visão de Gosta Esping-Andersen*

A construção do *Welfare State* assume traços característicos nos diversos países europeus, mas os escandinavos são objeto de

destaque dado o seu alto grau de proteção social. Nesse sentido, Esping-Andersen (1991) é um dos autores essenciais para a compreensão de como tal processo ocorreu. O autor formula dois conceitos principais para analisar os tipos de *Welfare State* que se formaram no período, sendo eles a ideia de desmercadorização e de estratificação social. O trabalho tornou-se uma mercadoria precificada nas economias capitalistas: os trabalhadores sujeitam-se a um determinado salário ao venderem sua força de trabalho. A análise envolvendo a desmercadorização no *Welfare State* consiste, então, no quanto um indivíduo consegue tornar-se livre em relação a essa dependência da relação mercantil, o que demonstra a tentativa do modelo de resgatar a cidadania. A estratificação social, em contrapartida, consiste numa análise sobre a desigualdade entre as classes sociais e o quanto um *Welfare State* contribuiu para que isso seja suavizado. A partir de tais conceitos, Esping-Andersen classifica os *Welfare State* desenvolvidos na Europa em três categorias: Liberal (implementado principalmente no Reino Unido e na Irlanda e caracterizado por um número reduzido de direitos sociais e alto nível de estratificação social), Conservador (característico de países como Itália, Espanha e Portugal e marcado por direitos sociais distintos para as classes, mas com grau de desmercadorização mais elevado em relação ao modelo Liberal) e, por fim, o Socialdemocrata (formado nos países escandinavos, como Suécia, Finlândia e Noruega) (1991, pp. 108-111).

Através da utilização desse modelo, é possível incluir a Islândia na classificação de Socialdemocrata, pois o *Welfare State* desenvolvido nesse país apresenta as características comuns a essa classificação. O nível de desmercadorização é extremamente alto, visto que o todos os cidadãos do país estão inclusos nas políticas sociais, o que é expresso através do conceito de universalismo, uma das características predominantes do *Welfare State* Socialdemocrata. Além disso, o nível de estratificação social é baixo, o que demonstra que os direitos conquistados pelos indivíduos não estão relacionados à renda ou à classe social da qual fazem parte; o universalismo se faz, novamente, presente. É evidente, portanto, que o modelo Socialdemocrata buscava “um *Welfare State* que promovesse a igualdade com os melhores padrões de qualidade, e não uma igualdade das necessidades mínimas, como se procurou realizar em toda parte” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 109).

### *Welfare State Islandês: origens históricas*

A Islândia, em especial, é um dos principais países que começam a desenvolver programas voltados para a proteção dos cidadãos que se expandiram com o passar do tempo. Em um contexto de expansão da economia islandesa com a ajuda do Plano Marshall e com o aumento de exportações de peixes, fonte de aproximadamente 40% das exportações islandesas (WADE, 2011, p. 685), o *Welfare State* do país encontrou os meios para florescer no conjunto da economia. A coalizão política entre os partidos do país, com maioria de esquerda e presença socialdemocrata em destaque, proporcionou as bases para que o arranjo político pudesse conciliar os interesses dos trabalhadores (que se organizaram em sindicatos principalmente a partir de 1916) e dos capitalistas (que também se organizaram em um movimento próprio em 1934) (GOETSCHY, 1995, p. 8). A disputa de interesses na formação do *Welfare State* islandês mostra-se, portanto, essencial para que ele pudesse se desenvolver plenamente (GOETSCHY, 1995, pp. 7-8). As medidas keynesianas de investimento e de controle de capitais marcava o período tanto na Europa continental quanto na Islândia, o que demonstra o quanto o investimento estatal como forma de estímulo à economia e à geração de emprego contribuía para o desenvolvimento econômico e social.

O princípio do universalismo, introduzido primeiramente no modelo sueco em 1913 com um sistema previdenciário para todos os indivíduos (CARVALHO, 2010, p. 89), foi implementado na Islândia e calçou o seu modelo, pois passou a incluir todos os cidadãos dentro de uma mesma categoria a partir de 1956. O direito a uma pensão, independentemente de contribuição prévia para a previdência social, passou a vigorar no país a partir de 1965, bem como o seguro para acidentes de trabalho (que inicialmente cobria somente trabalhadores industriais, mas que se expande para todos os demais trabalhadores também em 1965), reiterando a valorização do princípio universalista no modelo de *Welfare State* islandês (KUHNLÉ, 2004, pp. 6-9).

A Islândia, portanto, pode ser vista como um caso muito específico de formação do *Welfare State*, pois este foi construído com intensa participação dos trabalhadores, que faziam parte da máquina estatal nas décadas de 1950 e 1960. A situação, entretanto, começou a mudar a partir da década de 1970 devido à crise da acu-

mulação do capital, que levou à crise do *Welfare State* nos países europeus, em especial na Islândia, e proporcionou uma nova configuração de forças. A crise de acumulação está diretamente relacionada a uma diminuição dos retornos esperados pelos capitalistas. Porém, no capitalismo, “[...] não há maneira de determinar em que ponto particular do desenvolvimento a expansão do capital entrará em conflito com o princípio da rentabilidade, reduzindo assim a taxa de acumulação” (MATTICK, 1977, p. 120).

Pode-se concluir, portanto, que, enquanto havia crescimento através de um capitalismo regulado, os países puderam conciliar os interesses do desenvolvimento capitalista com direitos sociais em um pacto social que envolvia o Estado, os capitalistas e os trabalhadores. Os capitalistas garantiam os seus retornos crescentes de lucros e os trabalhadores conquistaram uma série de direitos. Entretanto, com a queda natural do crescimento a partir da década de 1960, a acumulação capitalista começou a reduzir seus níveis, iniciando a crise de acumulação do capital que deflagra na crise do próprio *Welfare State* (STREECK, 2012, p. 40). A acumulação do capital havia chegado aos limites possíveis para aquela época: os ganhos de produtividade e salariais, proporcionados por altos níveis de investimento e pela presença dos trabalhadores na máquina estatal, fizeram com que a regulação do mercado de trabalho fosse questionada. Além disso, o período de controle dos fluxos de capitais e de taxas de juros prejudicou o rentismo e consentiu as ideias liberais em detrimento das políticas keynesianas, criando um núcleo de pressão. A acumulação capitalista passa a enfrentar, portanto, uma severa crise. O arranjo social pautado nos altos níveis de emprego, no elevado crescimento da economia e no controle de preços começa a enfrentar mudanças a partir das décadas de 1960 e 1970: o aumento geral dos índices de desemprego, da inflação e da dívida pública demonstram as contradições do *Welfare State*, tendo início um processo de questionamento da própria forma de organização capitalista da sociedade, o que será analisado na próxima sessão.

### **Seção 3 – o desmonte do *Welfare State* na Islândia**

*O “neoliberalismo compensatório” e a ascensão de políticas de cunho neoliberal*

As décadas no qual o *Welfare State* foi atuante, especialmente na Islândia, foram marcadas por elevadas taxas de produtividade

e de ganhos salariais, o que possibilitou a coesão da sociedade islandesa. Tais medidas só foram possíveis devido a prática de juros baixos e pela estabilidade cambial das medidas keynesianas, que visavam evitar a prática do rentismo. Entretanto, os países nórdicos realizaram uma série de transformações em seus *Welfare State* a partir da década de 1990 que incluíram diminuição dos gastos destinados aos benefícios sociais, “mas de uma forma (politicamente consensual) em que a nova pobreza e aumento das desigualdades de rendimento fossem evitados” (KUHNLE, 1994, p. 18). As ideias neoliberais, que começavam a ganhar destaque nas agendas de grande parte dos governos europeus nesse mesmo período, avançaram nos países nórdicos e também na Islândia: a prática de juros baixos começa a ser questionada por diversos setores das sociedades como principal causadora das elevadas taxas de inflação. A solução apontada seria a elevação das taxas de juros e a instauração de taxas de câmbio flutuantes, medidas tomadas durante a década de 1970 e que demonstram claramente o fim de Bretton Woods e a substituição dos preceitos de Keynes em detrimento de uma nova visão de mundo: o neoliberalismo.

David Harvey, nesse sentido, acentua as diferenças entre o neoliberalismo na prática e na teoria (HARVEY, 2008). O discurso neoliberal é marcado pela defesa da liberdade individual como máxima, bem como a exaltação do mercado e da competição como forças que não podem ser controladas sobre nenhuma hipótese. Entretanto, a prática encontra sérias contradições: o neoliberalismo é, na verdade, a tentativa de restauração do poder das elites financeiras globais, que utilizam a flexibilização, privatização e liberalização como formas de retirar o poder político das mãos dos trabalhadores (HARVEY, 2008, pp. 75-86). Como dito anteriormente, a crise de acumulação do capital levou ao questionamento sobre as bases nas quais o *Welfare State* estava assentado, o que deflagra na própria crise do modelo social europeu, pois a tentativa de conciliação entre a diminuição da estratificação social o desejo das altas taxas de acumulação capitalista não está mais em relativo equilíbrio como antes, o que demonstra incompatibilidade em essência do projeto (STREECK, 2012). É importante, portanto, destacar a ascensão do neoliberalismo como um movimento essencial para a compreensão do que ocorreu tanto na década de 1970 na Europa como na crise de 2008, pois é em momentos de crise que o questionamento dos gastos estatais, por exemplo, torna-se algo extremamente comum. A

discussão elaborada por Apeldoorn (2002) é, nesse sentido, crucial, pois o autor demonstra com maestria como esse processo ocorreu. Segundo o autor, existiam três projetos rivais de integração europeia em discussão durante a década de 1980, os quais eram o modelo neomercantilista, supranacional socialdemocrata e o neoliberal (APELDOORN, 2002, pp. 72-78). Em retrospectiva, é possível afirmar que o modelo neoliberal, com suas ideias de flexibilização dos mercados de trabalho e financeiro, por exemplo, foi hegemônico.

Entretanto, ainda segundo o autor, essa vitória não ocorreu sem que o projeto neoliberal incorporasse características dos demais. Nesse sentido, o conceito elaborado por Apeldoorn, denominado “liberalismo compensatório” é de extrema importância para a compreensão de como essa mudança qualitativa nas forças políticas ocorreu: o neoliberalismo não encontrou um espaço vazio na Europa continental no qual pudesse expandir suas ramificações livremente (APELDOORN, 2002, p. 180). Havia um claro passado histórico de *Welfare State*, cujas lembranças são os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores em um claro embate de forças dentro da máquina estatal. Através dessa linha de raciocínio elaborada pelo autor, é possível observar que as políticas neoliberais, por mais fortes que fossem, não poderiam ser implementadas diretamente nos países europeus: era necessário manter algumas características dos modelos de *Welfare State*. Dessa forma, o neoliberalismo precisou englobar características dos outros projetos de administração da política estatal, o que resultou no “neoliberalismo compensatório”: não era o tipo puro, como ocorreu principalmente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, mas sim um liberalismo em essência com elementos dos outros projetos (APELDOORN, 2002, pp. 180-184). É possível notar, portanto, que Harvey (2008) e Apeldoorn (2002) demonstram que tanto a teoria quanto a prática do neoliberalismo são pautados por contradições, pois embora os conceitos estejam claros no discurso de tal corrente de pensamento, ele precisa englobar outras características para poder, de fato, ser implementado na Europa e, principalmente, na Islândia. O que evidencia o conceito de “neoliberalismo compensatório”, portanto, é que, apesar de haver revisão de gastos, os países nórdicos, em especial, não retiraram totalmente seguros e proteção social, que continuaram a ser universais.

Contudo, mesmo que com limitações, mudanças profundas ocorreram no panorama. A crise de acumulação do capital, bem

como os choques externos do petróleo na década de 1970, afetaram negativamente as exportações islandesas, o que, em médio prazo, gerou aumento da inflação no país. Com base nesse movimento, medidas como a suspensão temporária da indexação de salário foram tomadas em 1983, sendo que elas tornaram-se permanentes depois (ANDERSEN, 1998); além disso, as baixas taxas de juro também eram apontadas como causadoras das elevadas taxas de inflação, o que abre margem para o questionamento acerca do modelo. A agenda neoliberal, que incluía privatização e desregulamentação, estava baseada nos princípios, segundo Whitfield (1992, pp. 12-25), de maior eficiência do setor privado em relação ao público, sendo que as forças de mercado iriam diminuir os custos de transação através da livre concorrência entre os agentes. O papel do Estado forte, com capacidade de regular as relações e a ordem social, que era característico do *Welfare State*, portanto, torna-se essencialmente reduzido na agenda neoliberal. Porém, os países nórdicos continuam tendo uma esfera de ação distinta da dos demais países europeus, pois embora utilizem-se de privatizações como forma de aumentar as receitas estatais, as mesmas ocorrem em setores específicos e ainda com controle do Estado, que normalmente apresenta altos níveis de participação nas ações mesmo com a presença de capital privado em maior proporção.

Entretanto, a maior evidência da fragilização do *Welfare State* islandês foi a desregulação do mercado financeiro interno (ANDERSEN, 1998, p. 11). O neoliberalismo na Islândia tomou forma com a ascensão de David Oddsson ao cargo de primeiro-ministro em 1991, bem como através da difusão das ideias neoliberais no país com as visitas de Milton Friedman (WADE, 2011), economista neoliberal de destaque no período e que considerava o *Welfare State* o principal causador da crise pela qual os Estados passavam (DRAIBE, 1988, p. 75). As ideias neoliberais, portanto, expandiam suas ramificações na máquina estatal islandesa, o que demonstra a mudança qualitativa em seu interior: os trabalhadores perderam força e representação política em detrimento de uma elite financeira que via na desregulamentação dos diversos setores da economia a solução para aumentar as taxas de rendimentos e, portanto, encontrar uma saída para a crise de acumulação na qual se encontravam. A partir desse princípio de desregulamentação dos diversos mercados, é possível afirmar também que o de trabalho foi um dos mais afetados, pois o aumento de preço da unidade de trabalho na

Islândia era visto nesse novo momento como a principal causa do aumento da inflação no país (ANDERSEN, 1998, p. 17). Com essa perspectiva em mente, a flexibilização do mercado de trabalho bem como da esfera financeira passaram a ser algumas das principais metas da nova coalizão política no país.

Porém, o argumento presente nesse trabalho é de que o próprio passado de formação do *Welfare State* dos países escandinavos impedia que essa parte da agenda neoliberal fosse implementada completamente, pois a proteção do trabalho e do trabalhador sempre foi uma das principais áreas de destaque nas legislações dos países. Isso não foi diferente na Islândia, mesmo com a relativa perda de força dos sindicatos através da ascensão das elites financeiras aos principais cargos dos governos (GOETSCHY, 1995), o que demonstra como o conceito de “neoliberalismo compensatório” é aplicado no caso em estudo (APELDOORN, 2002). Contudo, a privatização dos dois maiores bancos do país, bem como a criação de um terceiro, indicaram que a Islândia passava por um claro processo de diminuição do escopo de atuação dos trabalhadores na máquina estatal em detrimento da ascensão de uma elite financeira, o que implicou em sérias perdas que só seriam reconhecidas tardiamente (WADE, 2011, p. 686).

O conceito de “neoliberalismo compensatório” torna-se, então, crucial para a interpretação dos fatos ocorridos na Islândia em especial. O país, marcado por uma tradição de *Welfare State* e de expansão dos direitos sociais para todos seus cidadãos, também foi afetado pela ascensão das políticas neoliberais na Europa. Entretanto, mesmo que com profundas mudanças políticas e econômicas na Islândia, acreditamos que as bases construídas nas décadas principalmente do pós-guerra não foram totalmente descartadas. Considera-se, portanto, que houve a ascensão “neoliberalismo compensatório” na Islândia, cujo processo será discutido no próximo tópico.

### *Islândia e a crise de 2008: a eclosão da bolha*

O curioso no caso da Islândia foi a gestão da crise, a qual se deu de forma distinta em relação aos demais países. Inicialmente, após protestos pacíficos em frente ao Parlamento islandês e com a resignação de uma série de governantes (ABAD, 2011), uma consulta pública acerca de como o pagamento da dívida seria feito foi

realizada. Houve um resultado surpreendente, com a negativa do pagamento da dívida que havia sido contraída pelos bancos islandeses, a qual equivalia a dez vezes o tamanho do PIB do país. A “revolução sem armas da Islândia” (ABAD, 2011), como ficou conhecido o movimento que se deu no país, foi marcada pela quebra do banco norte-americano Lehman Brothers, o que impactou seriamente na Islândia: milhares de pessoas tentaram retirar seu dinheiro dos três maiores bancos islandeses (Kaupthing, Landsbanki e Glitnir), cujo controle foi assumido pelo governo no mês de outubro de 2008 (“ISLÂNDIA...”, 2013). Um pacote de ajuda foi estabelecido pelo FMI com o objetivo de salvar a economia islandesa da falência completa enquanto milhares de manifestantes batiam em panelas em frente ao parlamento islandês, levando o primeiro ministro a entregar sua carta de demissão e a convocar eleições dois anos antes do prazo previsto. É interessante notar que, mesmo com a ascensão de um governo formado por uma coligação entre membros da Aliança Social Democrata e do Movimento Esquerda Verde ao poder, o parlamento islandês aprovou o pedido de adesão a União Europeia em julho de 2009 (“ISLÂNDIA...”, 2013) enquanto os níveis de desemprego chegavam a números nunca antes presenciados no país.

A Inglaterra e a Holanda eram dois dos principais países cujos bancos possuíam investimentos em bancos islandeses, sendo a subsidiária islandesa Icesave (uma delegação *online* do banco islandês Landsbanki) o principal exemplo desse movimento. Mais de 330 mil contribuintes britânicos e holandeses podiam depositar quantias no Icesave a elevadas taxa de juros com a vantagem de não precisar abrir uma conta no país, o que demonstra claramente a especulação financeira que marcou a Islândia bem como a prática do rentismo (PECK, 2013). Com a quebra do banco, ambos os países reembolsaram os cidadãos que haviam realizado os depósitos, mas passaram a exigir que a Islândia pagasse o montante estimado pelo FMI em aproximadamente 3,5 bilhões de euros, o total da dívida adquirida pelos bancos islandeses. O parlamento islandês, diante da pressão realizada pela Inglaterra e pela Holanda, propôs o pagamento desse montante através de um sistema de pagamentos “mensal pelas famílias islandesas durante 15 anos com juros de 5,5%” (ABAD, 2013) em 2009, o que provocou uma reação popular ainda mais extrema: através de um referendo exigido pela população, tornou-se evidente que o pagamento da dívida feita pelos

especuladores não seria efetuado pelos cidadãos da Islândia, pois 93% da população foi contrária a essa decisão. O governo islandês renegociou a dívida contraída pela Icesave e conseguiu abaixar os juros do pagamento para 3% em 37 anos de pagamento. Contudo, um segundo referendo realizado também demonstrou o repúdio da população ao pagamento desse montante, com 60% de rejeição à proposta. O processo seguiu para o Tribunal do Associação Europeia de Livre Comércio (em inglês: European Free Trade Association (EFTA), associação da qual a Islândia faz parte. Nesse período, o FMI congelou suas propostas de ajuda financeira à Islândia e o país passou a enfrentar queda no PIB (“ISLÂNDIA...”, 2013).

O julgamento do caso de pagamento de indenização para a Inglaterra e a Holanda foi levado às instâncias europeias, sendo a EFTA essencial nesse movimento. Após meses de debate, a EFTA finalmente decidiu no final de 2011 que o governo islandês não deveria, de fato, pagar o montante cobrado, pois ele não era parte da dívida externa islandesa, mas sim fruto de um movimento de especulação financeira de bancos que, na época, eram privados (“ISLÂNDIA...”, 2013). Esse resultado, entretanto, não foi alcançado em países como a Grécia ou a Espanha, que estatizaram as dívidas adquiridas pelos bancos. Nesse momento, a convocação de uma Assembleia para reformular a Constituição islandesa também demonstra a força da reação popular no país: 25 representantes diretos do povo foram escolhidos para enfrentar tal tarefa, cujo principal objetivo é garantir vida nova à política islandesa. Além disso, mesmo em um ambiente de instabilidade econômica, o governo de coligação iniciou um intenso processo investigatório para encontrar e responsabilizar os culpados pelo colapso financeiro da Islândia, sendo que “nove pessoas foram presas em Londres e em Reykjavik” (ABAD, 2013), o que evidencia a caça aos banqueiros.

Nesse sentido, a não estatização da dívida demonstra que os valores do *Welfare State* foram resgatados nesse momento de crise no país. A participação popular, das classes trabalhadoras, foi essencial no passado para a construção de um pacto social que pudesse conciliar os direitos sociais com o desenvolvimento do capitalismo, mas também foi essencial para a gestão da crise de 2008, pois demonstrou que a esfera política ainda é o caminho para que os direitos sociais sejam mantidos. Embora as recentes eleições tenham levado novamente ao poder aqueles que não tomaram atitudes enquanto a economia islandesa perdia credibilidade (WADE,

2011, p. 697), a saída da Islândia da lista de possíveis membros da União Europeia, uma instituição de caráter neoliberal, foi comemorada pelos cidadãos do país, que viam esse movimento de integração como mais uma atitude extremamente insensata. Portanto, o passado de *Welfare State* foi essencial para que a Islândia não enfrentasse o mesmo caminho como a Espanha, por exemplo, que passa por uma série de dificuldades econômicas devido ao comprometimento de pagamento da dívida de seus bancos.

O *Welfare State* foi fragilizado com a ascensão de políticas neoliberais e com a desregulamentação de diversos mercados, mas ideias como o universalismo e o papel ativo do Estado ainda existem e são parte de um processo de resgate, tornando a Islândia, então, em um modelo na atualidade.

### **Considerações finais – a importância histórica do *Welfare State* para a saída da crise de 2008 na Islândia**

O presente artigo buscou apresentar como o *Welfare State* islandês, cujas bases foram sedimentadas nos princípios do universalismo e da seguridade social, foi essencial para a característica gestão da crise de 2008 no próprio país. O pacto do *Welfare State* foi um arranjo político que internalizava as lutas de classes no aparelho estatal: através da forte participação dos trabalhadores na composição governamental, era possível conciliar os interesses capitalistas de acumulação crescente com a busca por direitos sociais pelos trabalhadores, o que evidencia um tripé de gestão que se dava entre Estado, trabalhadores e capitalistas (STREECK, 2012). Contudo, a crise de acumulação do capital da década de 1970, que se iniciou a partir da diminuição do crescimento econômico principalmente na Europa, evidenciou as tensões inerentes a esse arranjo político e levantou o questionamento sobre as bases do *Welfare State*. Nesse sentido, a contestação das medidas keynesianas de gasto estatal e de investimento como forma de manutenção de emprego bem como as ideias de proteção social (DRAIBE, 1988, p. 55) ganharam destaque através da ascensão de políticas de cunho neoliberal. Entretanto, não havia um vácuo que pudesse ser preenchido pelo neoliberalismo: a herança de direitos sociais conquistados pelo *Welfare State* era forte. Portanto, houve a ascensão do que ficou conhecido como “neoliberalismo compensatório” (APELDOORN, 2002), um modelo neoliberal em essência, mas que ainda mantinha características dos direitos sociais.

A desregulamentação e a financeirização das economias europeias e, em especial, da islandesa, serviram como fonte de restauração de poder das elites financeiras transnacionais (HARVEY, 2008), que fragilizaram o *Welfare State* como principal forma de garantir que a acumulação capitalista pudesse superar a crise na qual se encontrava a partir de 1970. O caso islandês representa esse panorama em sua totalidade: uma economia basicamente primária torna-se uma das mais importantes do mundo em menos de 20 anos através de um intenso processo de valorização de ativos financeiros e de altas taxas de juros. Entretanto, a bolha islandesa encontrou seu fim em 2008 com o colapso dos bancos americanos e, como consequência, com o colapso de sua própria economia: a dívida dos bancos islandeses ultrapassou inúmeras vezes o seu PIB.

Contudo, a gestão da crise na Islândia se deu de uma forma extremamente particular, o que revela a curiosidade do caso: a reação popular impediu que a dívida fosse estatizada através de intenso questionamento por meio de manifestações pacíficas e referendos. O presente artigo demonstrou que as bases do *Welfare State* foram essenciais para que a gestão da crise ocorresse dessa forma, pois ele foi um modelo que, mesmo com intensas mudanças, não perdeu suas raízes ao longo do tempo, o que pode ser explicado principalmente através do conceito de “neoliberalismo compensatório”. Portanto, a participação popular através de referendos e da formulação de uma Constituição, além da troca de governo e a “caça aos banqueiros”, demonstra que o contexto de gestão da crise está pautado em um passado histórico de pacto social, que foi resgatado pelos cidadãos. A recente retirada (MALCOLM, 2013) do pedido de adesão por parte da Islândia à União Europeia, uma instituição cujo processo de formação foi pautado por um caráter neoliberal e que excluía as ideias de uma Europa homogênea econômica e socialmente (RAIMUNDO, 2011, p. 16), demonstra que a opinião pública está sendo levada em consideração pelo Estado islandês, o que pode indicar o início de um processo de restituição de poder aos trabalhadores dentro da máquina burocrática estatal. Há um evidente questionamento de como a gestão governamental foi realizada principalmente na última década, o que nos leva a imaginar que a luta de classes poderá voltar a ser internalizada nos próximos anos.

O Produto Interno Bruto (PIB) da Islândia variou negativamente 6,6% em 2009, o que demonstra a fragilidade na qual a esfera real da economia estava inserida; porém, a elevação do PIB

de 2,7% em 2011 para 3,3% em 2013 demonstra que o país voltou a crescer. A inflação passou de 5,2% em 2012 para 3,9% em 2013 e a taxa de juros encontrava-se, em 2012, em aproximadamente 5,4% (AGÊNCIA CENTRAL DE INTELIGÊNCIA, 2014). A Islândia enfrentou uma séria queda em seu PIB, o que ainda afeta seu desempenho econômico e dificulta sua recuperação total, mas, mesmo em tais condições, o resgate dos princípios do *Welfare State* demonstra que é preciso repensar o valor da participação popular em um panorama dominado principalmente pelas elites financeiras transnacionais. Nesse sentido, acredita-se que a Islândia tem um longo caminho a ser percorrido para resgatar suas finanças e, principalmente, eliminar os resquícios de anos de administração neoliberal. Porém, se as antigas configurações de forças continuarem a ser questionadas através da luta popular, resultados serão obtidos a longo prazo. A ascensão da Islândia ocorreu de forma extremamente rápida, bem como sua queda. A recuperação será marcada por um processo lento, mas passível de ser realizado. Resta saber se esse movimento de restituição do poder político aos trabalhadores será condizente com a atual fase de desenvolvimento capitalista.

## Referências

- ALDA. A brief treatise on Iceland's quota allocations. [S.l.]: **The Iceland Weather Report**, 22 abr. 2009. Disponível em: <<http://icelandweatherreport.com/a-brief-treatise-on-iceland-s-quota-allocations/>>. Acesso em: 7 mai. 2015.
- ABAD, Alejandra. **Islândia, um país que pune os banqueiros responsáveis pela crise**. [S.l.]: Carta Maior, 26 mar. 2011. Economia. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Islandia-um-pais-que-pune-os-banqueiros-responsaveis-pela-crise/7/16467>>. Acesso em: 5 nov. 2013.
- AGÊNCIA CENTRAL DE INTELIGÊNCIA. "Economy: overview". cia.gov. **Agência Central de Inteligência**. [S.l.]: 2014. Web. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ic.html>>. Acesso em: 7 mai. 2015.
- ANDERSEN, Palle S.; GUDMUNDSSON, Már. **Inflation and disinflation in Iceland**. Iceland: Central Bank of Iceland, 1998.
- APELDOORN, Bastiaan van. **Transnational capitalism and the struggle over European integration**. London : New York: Routledge, 2002.
- BLIKSTAD, Nicholas Maguns Deleuse. **Liberalização, desregulamentação e a crise global de 2007-2008. 2011**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC em Economia). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2011.

CARVALHO, Victória Echeverria de. **Política social e a diversidade dos estados de bem-estar**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2010.

CENTRAL BANK OF ICELAND. Annual report 2008. In: **Central Bank of Iceland Website**. 2009. Disponível em: <<http://www.sedlabanki.is/lisalib/getfile.aspx?itemid=7076>>. Acesso em: 7 mai. 2015.

CENTRAL BANK OF ICELAND. Iceland's crisis and recovery and current challenges. In: **Central Bank of Iceland Website**. 28 Feb. 2013. Disponível em: <[http://www.cb.is/library/Skráarsafn---EN/Speeches/Ræða%20C3%AD%20Par%C3%ADs%20febrúar%202013%20\(2\)%20-%20Copy%20\(1\).pdf](http://www.cb.is/library/Skráarsafn---EN/Speeches/Ræða%20C3%AD%20Par%C3%ADs%20febrúar%202013%20(2)%20-%20Copy%20(1).pdf)>. Acesso em: 7 mai. 2015.

DRAIBE, Sônia; HENRIQUE, Wilnês. Welfare State: crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 5, n. 3, fev. 1988.

EICHENGREEN, Barry. **A globalização do capital**: uma história do sistema monetário internacional. São Paulo: Editora 34, 2000.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare-State. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 24, 1991.

FERRERA, Maurizio; RHODES, Martin. Building a Sustainable Welfare State. In: FERRERA, Maurizio; RHODES, Martin (Org.) **Recasting European Welfare State**. Grã-Bretanha: Frank Cass Publishers, 2000.

GOETSCHY, Janine. El difícil cambio de los “modelos” sociales nórdicos (Suecia, Noruega, Finlândia, Islandia). **Revista Europea de Formación Profesional**, Bruxelles, n. 4, 1995.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

ISLÂNDIA não tem de reembolsar Reino Unido e Holanda. [S.l.]: **Público**, 29 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.publico.pt/economia/noticia/islandia-vence-caso-icesave-e-nao-tem-re-reembolsar-reino-unido-e-holanda-1582473>>. Acesso em: 7 mai. 2015.

KUHNLE, Stein; HORT, Sven E. O. **The developmental welfare state in Scandinavia**. Geneva: UNRISD, Sep. 2004.

MALCOLM. Iceland opts out of joining EU. [S.l.]: **Ice News**, 24 June. 2013. Disponível em: <<http://www.icenews.is/2013/06/24/iceland-opts-out-of-joining-eu/>>. Acesso em: 7 mai. 2015.

MARTINS, Antônio. Para compreender a crise financeira. [S.l.]: **Le Monde Diplomatique**. São Paulo, out. 2008. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=2410&tipo=acervo>>. Acesso em: 7 mai. 2015.

MATTICK, Paul. Teoria do valor e acumulação do capital. In: COGOY, Mario. Sweezy, Paul M. (Org.). **Teoria da acumulação capitalista**. Lisboa: Publicações Escurpião, 1977.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial**. São Paulo: Hucitec, 1979.

RAIMUNDO, Lício da Costa. As raízes históricas da crise europeia. **Carta Social e do Trabalho**, Campinas, n. 15, jul./set. 2011.

SANTAYANA, Mauro. O referendun islandês e os silêncios da mídia. [S.l.]: **Carta Maior**, Porto Alegre, 21 nov. 2012. Disponível em: <[http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=5821](http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5821)>. Acesso em: 5 out. 2013.

STREECK, Wolfgang. As crises do capitalismo democrático. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 92, mar. 2012.

SWEEZY, Paul M. Alguns problemas da teoria da acumulação do capital. In: COGOY, Mario; SWEEZY, Paul M. (Org.). **Teoria da acumulação capitalista**. Lisboa: Publicações Escorpião, 1977.

PECK, Tom. Vote for us: the politicians who bankrupted Iceland. [S.l.]: **The Independent**, 27 Apr. 2013. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/news/world/europe/vote-for-us--the-politicians-who-bankrupted-iceland-8590685.html>>. Acesso em: 7 nov. 2013.

WADE, Robert H.; SIGURGEIRSDOTTIR, Silla. Iceland's meltdown: the rise and fall of international banking in North Atlantic. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 31, n. 5, 2011.

WHITFIELD, Dexter. **The Welfare State**. Londres: Pluto Press, 1992.